



## Aprovada MP que desonera a folha e reabre o Refis da Crise

Medida provisória visa incentivar a economia por meio de ações de renúncia fiscal que aumentam a competitividade do parque industrial brasileiro

**O**s senadores aprovaram ontem a MP 651/2014, que, entre outros benefícios, desonera a folha de cerca de 60 setores da economia e reabre o programa Refis da Crise. Com a desoneração, as empresas

beneficiadas poderão substituir a contribuição previdenciária de 20% sobre a folha de pagamento por alíquotas de 1% a 2% da receita bruta. Pelo Refis, poderão renegociar dívidas tributárias em prazo de até 180 meses. **3**

Romero Jucá, presidente da comissão que examinou a medida provisória, fala em Plenário durante a votação do projeto de conversão



Jefferson Rudy/Agência Senado



Ao lado de Vital (C) e Maia (D), Cosenza nega envolvimento em corrupção

### Diretor garante que nunca ouviu falar de propina na Petrobras

O diretor de Abastecimento da Petrobras, José Carlos Cosenza, afirmou ontem à CPI da estatal que, em 38 anos de empresa, nunca

soube de pagamento de propina a funcionários nem de repasse de dinheiro a partidos. A CPI deve ser prorrogada até 22 de dezembro. **4**

### Janot diz que prioriza prisões e combate à corrupção

O procurador-geral da República, Rodrigo Janot, apresentou à Comissão de Constituição e Justiça o relatório anual das ati-

vidades do Ministério Público Federal e disse que se concentra nos problemas dos presídios e nas ações anticorrupção. **5**

### Texto inclui no Código de Trânsito aceno para uso da faixa de pedestre 2

### Para Renan, decreto sobre conselho popular deve cair

A decisão da Câmara de derrubar decreto presidencial que fortalecia os conselhos populares deve ser confirmada pelos

senadores, prevê o presidente do Senado, Renan Calheiros. Parlamentares temem que o Congresso perca atribuições. **7**

### Empresa júnior poderá se organizar como associação sem fins lucrativos 6

### Comissão aprova mudanças sobre usos da maconha

A Comissão de Constituição e Justiça aprovou alterações na Lei de Drogas. Uma delas libera a importação de medica-

mentos à base de canabinoides. Outra distingue usuário de traficante por meio da quantidade de droga flagrada. **8**

### Proposta que obriga autoescola a dar aulas práticas na rua vai à Câmara 7



### Nesta edição, encarte do informativo da Procuradoria da Mulher

### Em preparação para Novembro Azul, ações contra câncer de próstata serão votadas hoje 3

### Avança projeto que proíbe construção de quartos muito pequenos para domésticos 6

## quintas Femininas

### Reconstrução mamária

#### Participantes:

Dra. Kátia Torres – Cirurgiã plástica, ex-presidente da Sociedade Brasileira de Cirurgia Plástica do DF  
Dr. Daniel Barbalho – mastologista do Hospital Sírio Libanês de Brasília  
Dr. Ricardo Caponero – oncologista e presidente do Conselho Técnico da Femama

Data: 30 de outubro de 2014

Horário: 14 h

Local: Auditório da Escola de Assistência Jurídica da Defensoria Pública do DF  
Setor Comercial Sul – Edifício Venâncio 2000  
Quadra 8 – 2º andar

Mais informações: 3303-1710/1713  
Alô Senado: 0800 61 22 11



Proposta foi aprovada ontem em 1ª votação pela Comissão de Constituição e Justiça. Sinal com o braço já é utilizado no Distrito Federal, onde tem o respeito da grande maioria dos motoristas

## Aceno para pedestre cruzar rua pode valer em todo o país

O GESTO COM o braço para solicitar a parada dos veículos e permitir ao pedestre atravessar a rua na faixa, já praticado em Brasília, pode ser adotado em todo o país. Um substitutivo ao projeto que inclui essa norma no Código de Trânsito Brasileiro (CTB) foi aprovado ontem na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ).

O aceno seria exigido para travessias em faixas onde não existam semáforos. Na capital federal, normalmente basta o pedestre sinalizar com a mão para que os motoristas dêem preferência de passagem. Para a autora da proposta (PLC 26/2010), deputada Perpétua Almeida (PCdoB-AC), as vantagens da norma para a segurança justificam a adoção em todo o país.

Em análise favorável, o relator, Antonio Carlos Valadares (PSB-SE), disse tratar-se “de medida simples e que não implica em custos adicionais, podendo ser facilmente replicada de norte a sul do Brasil”.

O senador, no entanto, apresentou um substitutivo. Ele retirou dispositivo que exigia que o pedestre esperasse por outras pessoas para atravessar “vias de grande fluxo”. Valadares argumenta que o texto não determina o que são vias de grande fluxo nem estabelece a quantidade de pessoas que devem atravessar em bloco.



Pedestres dão o “sinal de vida” em Brasília: exemplo do DF para o resto do país

Ele observou que, nas vias onde a paralisação ocasionada pela travessia dos pedestres é mais constante, outras medidas podem ser adotadas, como a instalação de semáforo, a alocação de um agente de trânsito nos períodos mais críticos ou a instalação de túnel ou passarela.

### Ajuste no texto

Valadares também suprimiu a indicação para que o “gesto do pedestre” passe a constar do CTB. O relator observou que o anexo é ilustrado por figuras e que o projeto não encaminha o desenho a ser inserido. Por isso, sugeriu que o Conselho Nacional de Trânsito (Contran) seja responsável por ajustar o anexo.

O relator também apresentou um ajuste na forma como o gesto com o braço para sinalizar travessia de pedestre será incluído no CTB. O substitutivo será submetido

a uma nova votação em turno suplementar na CCJ e terá de voltar à Câmara dos Deputados para exame das alterações.

A deputada Perpétua Almeida admite, na justificativa, que o respeito ao sinal de pedido de passagem nas faixas dependerá de “boa dose de educação” de pedestres e motoristas. Ela acredita, no entanto, que, a partir da normatização do gesto, haverá estímulo para a disseminação da nova conduta, com resultados tão bons quanto os que foram obtidos em Brasília.

A adesão ao chamado sinal de vida é motivo de orgulho para os habitantes do Distrito Federal. Mesmo assim, campanhas para estimular a preservação do respeito ao pedido de passagem continuam sendo feitas com regularidade. De acordo com uma pesquisa do órgão de trânsito, 12% dos condutores ainda desrespeitam o direito dos pedestres.

## Comissão mista discute hoje convenção do clima

A 20ª Conferência das Partes da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (COP-20), que objetiva a estabilização da concentração de gases de efeito estufa no planeta, é tema de uma reunião hoje no Congresso. Às 10h, a Comissão Mista Permanente sobre Mudanças Climáticas (CMMC) vai discutir os preparativos para o evento, no fim do ano, no Peru.

Senadores e deputados discutirão o assunto com o subsecretário de Meio Ambiente, Energia, Ciência e Tecnologia do Ministério das Relações Exteriores, José Antonio Mar-

condes de Carvalho. Num encontro prévio da COP-20, há dois meses, em Foz do Iguaçu (PR), o subsecretário disse que as negociações sobre mudanças climáticas no âmbito da Organização das Nações Unidas são complexas em razão da grande importância estratégica e econômica que o tema energia adquiriu.

— Os países desenvolvidos conseguiram atingir esse patamar porque fizeram a Revolução Industrial, queimaram e continuam queimando carvão. Nós, por outro lado, temos a obrigação de nos desenvolvermos também. Então, a questão

se resume a como limitar as emissões e as partículas que se acumulam na atmosfera sem que os países em desenvolvimento cometam os mesmos erros dos países desenvolvidos — afirmou o embaixador.

Segundo Carvalho, o teor do próximo documento global sobre mudanças climáticas deverá ter um enfoque diferente do Protocolo de Kyoto. Enquanto este falava em evitar o aquecimento global, o próximo será na linha da adaptação às mudanças, em que se procura trabalhar em um cenário de aumento de até 2 graus na temperatura do planeta.

## Relatório da LDO será votado terça-feira

A Comissão Mista de Orçamento (CMO) transferiu para a terça-feira a votação do relatório preliminar do senador Vital do Rêgo (PMDB-PB) ao projeto da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO). A pro-

posta (PLN 3/2014), que estava na pauta de ontem, estabelece as diretrizes para elaboração e execução do Orçamento da União do próximo ano.

No relatório, Vital sugere a aprovação total de 4 emen-

das e parcial de 5, entre as 14 apresentadas.

Também integra a pauta da reunião a MP 655/2014, que abre crédito extraordinário de R\$ 5,4 bilhões para operações oficiais de crédito.

## Jayme propõe valor mínimo para cadastro de inadimplentes

Jayme Campos (DEM-MT) apresentou um projeto que estabelece um valor mínimo para o cadastro de consumidores em banco de dados ou cadastro de inadimplentes.

A proposta é que o nome do consumidor só seja cadastrado em caso de dívida igual ou superior a 10% do valor do salário mínimo. Na terça-feira, Jayme informou em discurso no Plenário que há muitos casos em que as inscrições são feitas até por débitos abaixo de R\$ 10.

Ele lembrou que muitos consumidores ficam

impedidos de fazer contratações, da aquisição de uma linha telefônica até a obtenção de empréstimo ou de financiamento.

— Muitas pessoas são prejudicadas devido a uma inscrição indevida de um valor irrisório. Certamente optariam por pagar a ter o nome negativado. Trata-se de uma proposição de amplo alcance social, visto que facilita muito a vida dos brasileiros, sobretudo os que usam operações de crédito nas transações do dia a dia — disse o senador.

## Paim defende desoneração da folha de pagamento do setor de remédios

Paulo Paim (PT-RS) defendeu na terça-feira a desoneração da folha de pagamento do setor de medicamentos, uma das providências previstas na Medida Provisória (MP) 651/2014, aprovada ontem pelo Senado.

O senador disse que a medida é altamente meritória, pois diz respeito à saúde da população, especialmente os mais idosos, que dependem de remédios de forma quase permanente.

Paim informou que apresentou um destaque ao ar-

tigo 19 do Projeto de Lei de Conversão (PLV) 15/2014, oriundo da MP, como forma de retirar do texto aprovado pela Câmara expressões que dispensam as sociedades anônimas de fazer publicidade de seus atos nos diários oficiais.

Para Paim, a publicação desses atos apenas em jornais de grande circulação traz consigo a dificuldade de acompanhamento desse tipo de material. Ele disse que a alteração não acarretaria prejuízos aos interessados.

### ADIAMENTO

Por motivos técnicos, os pronunciamentos de senadores realizados no Plenário após a ordem do dia de ontem serão publicados na próxima edição do **Jornal do Senado**.

### AGENDA

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço: <http://bit.ly/agendaSenado>



**PLENÁRIO Câncer de próstata**  
14h Projeto na pauta altera programa de controle da doença.

**PRESIDÊNCIA Ordem do dia**  
16h O presidente do Senado, Renan Calheiros, dirige a ordem do dia.

**CRA Agrotóxicos leves**  
8h30 A Comissão de Agricultura e Reforma Agrária analisa texto que estimula o uso de agrotóxicos de baixa periculosidade.

**MEDIDA PROVISÓRIA Polícia Federal**  
9h Comissão analisa a MP 657/2014, que reordena carreiras da Polícia Federal.

**CRE Batalhão Suez**  
10h Projeto que concede pensão especial aos ex-integrantes do Batalhão Suez deve ser analisado pela comissão.

**CMMC Mudanças climáticas**  
10h Audiência pública na comissão debate preparativos para conferência da ONU sobre mudanças climáticas.

### SESSÃO ON-LINE

Confira a íntegra das sessões no **Plenário**: <http://bit.ly/plenarioOnline>

Confira a íntegra das sessões nas **comissões**: <http://bit.ly/comissoesOnline>

### RÁDIO SENADO

A Rádio Senado transmite, a partir das **8h30**, reunião da **Comissão de Agricultura e Reforma Agrária**; às **10h**, reunião da **Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional**. Às **14h**, transmissão da **sessão deliberativa**. A Rádio Senado pode ser acompanhada ao vivo pela internet: [www.senado.leg.br/radio](http://www.senado.leg.br/radio).

### TV SENADO

A TV Senado transmite a partir das **10h**, segundo o Regimento Interno e o Ato 21/2009 da Comissão Diretora, a **reunião da Comissão de Relações Exteriores**. As reuniões podem ser acompanhadas ao vivo pela internet ([www.senado.leg.br/tv](http://www.senado.leg.br/tv)) e, em Brasília, pela TV Senado Digital, nos canais 51.1 a 51.4.

Com o objetivo de incentivar a economia brasileira, medida provisória desonera a folha salarial de cerca de 60 setores e abre novo prazo para adesão ao Refis da Crise

# Senado aprova desoneração da folha e reabertura do Refis da Crise

O SENADO APROVOU ontem o Projeto de Lei de Conversão (PLV) 15/2014, decorrente da Medida Provisória (MP) 651/2014. A medida trata da desoneração da folha de pagamento de cerca de 60 setores da economia e da abertura de uma nova etapa do Refis da Crise — programa em que empresas e pessoas físicas podem parcelar débitos tributários. A medida havia sido aprovada pela Câmara no dia 14.

A partir do momento em que for publicada a lei resultante da MP, os contribuintes terão mais 15 dias para se beneficiar das condições previstas no Programa de Recuperação Fiscal (Refis), como o parcelamento em 180 meses. Com o objetivo de estimular a adesão ao Refis, a MP afasta a fixação de honorários advocatícios e de verbas de sucumbência nas ações judiciais que forem extintas em decorrência da adesão do devedor ao parcelamento.

Outra novidade da MP é a possibilidade de o contribuinte utilizar crédito de prejuízos fiscais e de base de cálculo negativa da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) para fazer quitação antecipada de débitos parcelados



Senadores aprovaram a MP 651/2014 sob o compromisso de veto a várias emendas da Câmara

pela Receita Federal ou pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional. Para Walter Pinheiro (PT-BA), trata-se de uma matéria importantíssima, pois “mexe na economia”. Romero Jucá (PMDB-RR), que presidiu a comissão mista da MP, disse que o texto atende diversos setores com desoneração e incrementa a economia nacional.

Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP) criticou uma emenda inserida na Câmara que prevê o parcelamento de débitos decorrentes de improbidade

administrativa, inclusive com possibilidade de redução do valor devido.

Para Randolfe Rodrigues (PSOL-AP), a emenda é um “elogio ao malfeito”. José Pimentel (PT-CE), líder do governo, garantiu que o Executivo vetará o artigo. Wellington Dias (PT-PI) disse que não é razoável dar um benefício para quem cometeu crime com o dinheiro público. No entanto, declarou confiar no veto. Na mesma linha, Waldemir Moka (PMDB-MS) disse que votaria confiando no veto e para não comprometer a MP.

## Principais temas da MP

► **DESONERAÇÃO:** A MP garante que a desoneração da folha de pagamento será permanente. As empresas beneficiadas continuarão a ter o direito de substituir a contribuição previdenciária de 20% sobre a folha de pagamento por alíquotas que variam de 1% a 2%, a depender do setor econômico, sobre o valor da receita bruta.

► **REFIS DA CRISE:** O texto reabre o prazo para as empresas aderirem ao programa de renegociação de dívidas conhecido como Refis da Crise. O prazo será de 15 dias a partir da publicação da nova lei.

► **REINTEGRA:** A MP reinstalou o Regime Especial de Reintegração de Valores Tributários para as Empresas Exportadoras (Reintegra), que devolve aos exportadores tributos retidos ao longo da cadeia produtiva e não passíveis de restituição.

► **MERCADO DE CAPITALIS:** A MP também facilita o acesso das micros e pequenas empresas ao mercado de capitais.

► **PARCELAMENTO:** Com o objetivo de estimular a adesão aos programas especiais de parcelamento de tributos, a MP impede a fixação de honorários advocatícios nas ações judiciais que forem extintas em decorrência da adesão do devedor aos parcelamentos.

► **QUITAÇÃO DE DÉBITOS:** Outra novidade prevista na MP é a possibilidade de o contribuinte utilizar crédito de prejuízos fiscais e de base de cálculo negativa da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) para fazer quitação antecipada de débitos parcelados pela Receita Federal ou pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional.

## Projeto sobre câncer de próstata será votado hoje

O presidente do Senado, Renan Calheiros, anunciou que hoje abrirá ordem do dia especial para que seja votado o PLS 34/2005, que fortalece o Programa Nacional de Controle do Câncer de Próstata. De Antonio Carlos Valadares (PSB-SE), o projeto altera a Lei 10.289/2001, que cria o programa, para incluir a capacitação de profissionais da saúde para avanços na prevenção e detecção do câncer de próstata.

O projeto altera para 50 anos a idade mínima da população masculina a ser beneficiada

com exames de detecção precoce desse tipo de câncer. Na legislação atual, a idade mínima é de 40 anos. A alteração, segundo Valadares, atende melhor à faixa etária com maior incidência de câncer de próstata.

A sessão ordinária de hoje seria não deliberativa, sem votações. A pedido de Valadares, Renan concordou em fazer a votação simbólica do projeto, por acordo das lideranças, para que a aprovação ocorra antes de 3 de novembro. Nesse dia, o Congresso Nacional fará

sessão especial para comemorar os 26 anos do Dia Nacional de Combate ao Câncer.

Na terça-feira, Ana Amélia (PP-RS) já havia falado a respeito do dia 3, que também marca o início da campanha Novembro Azul, que promove a conscientização a respeito do câncer de próstata — o equivalente ao Outubro Rosa, que se refere ao câncer de mama.

Como parte do Novembro Azul, o prédio do Congresso ficará iluminado de azul durante todo o mês.

## Renan anuncia regras para evitar tumulto no Plenário

O presidente do Senado, Renan Calheiros, afirmou que a Casa terá regras mais rígidas para a permanência de convidados no Plenário.

— Com esse esforço, vamos evitar a superlotação no Plenário do Senado durante as votações — explicou.

Segundo o presidente, qualquer senador poderá levar convidados ao Plenário, que poderão entrar e cumprimentar os presentes, mas não permanecer indefinidamente.

Cada gabinete terá só uma credencial de Plenário, para evitar que vários assessores de cada senador estejam no ambiente ao mesmo tempo.

Na votação de um projeto em maio do ano passado, senadores reclamaram da presença de pessoas que estariam fazendo pressão pela aprovação da matéria. À época, Renan disse que ouviria os próprios senadores para decidir que providências seriam tomadas.

## Suplicy cita disposição de Dilma para o diálogo

Eduardo Suplicy (PT-SP) afirmou que o Brasil viveu no domingo a verdadeira festa da democracia.

Para o senador, é significativo Dilma assegurar que pretende governar para todos os brasileiros e abrir canais de diálogo com a sociedade e o Congresso.

— É importantíssimo que os representantes do povo sempre estejam dialogando com o chefe do Executivo a respeito daqueles temas de fundamental importância para a nação.

Suplicy cumprimentou Aécio Neves (PSDB-MG), que concorreu à Presidência.



Moneira Maniz/Agência Senado

## País deve buscar convergência, afirma Anibal

Anibal Diniz (PT-AC) comemorou a vitória da presidente Dilma Rousseff e do governador do Acre, Tião Viana (PT), que se reelegeu.

— A expressão da democracia é o voto popular. Todos os eleitos são dignos de reconhecimento e todos os vitoriosos são merecedores das vitórias.

O senador destacou as conquistas do PT e dos partidos coligados para a Assembleia Legislativa do Acre e a Câmara.

— Agora, encerradas as eleições, o país deve superar suas divergências e se pautar pela conciliação.



Moneira Maniz/Agência Senado

## Raupp quer PMDB na disputa pelo Planalto em 2018

Valdir Raupp (PMDB-RO) defendeu uma candidatura peemedebista à Presidência da República nas eleições de 2018.

— Chegou a hora de o PMDB deixar de ser coadjuvante para disputar novamente a Presidência. Temos alta capilaridade e estrutura suficiente para isso.

Ele citou os resultados da legenda nas urnas: o PMDB elegeu o maior número de governadores (sete), senadores (cinco) e deputados estaduais (mais de 140), além de conseguir a segunda maior bancada na Câmara dos Deputados (66).



Moneira Maniz/Agência Senado

## Kaká critica excesso de acusações nas campanhas

“Não devemos jamais repetir uma campanha eleitoral como a deste ano”. A advertência é de Kaká Andrade (PDT-SE), que reclamou da falta de propostas e do excesso de acusações na disputa para os estados e a Presidência da República.

O senador lamentou que tenha prevalecido a tentativa de desconstrução do adversário, enquanto temas como ambiente e política externa mal foram citados. Nem mesmo educação, saúde, segurança e inflação tiveram a atenção necessária dos candidatos, disse.



Moneira Maniz/Agência Senado

## Petecão comemora desempenho do PSD nas eleições

Sérgio Petecão (PSD-AC) comemorou o resultado de seu partido nas eleições. Foram eleitos os governadores Raimundo Colombo (SC) e Robinson Faria (RN).

— Os governadores do PSD vão administrar estados que respondem por 5% do PIB brasileiro — afirmou.

Segundo ele, o partido obteve mais de 4 milhões de votos para o Senado e elegeu Omar Aziz (AM) e Otto Alencar (BA). A bancada terá Hélio José da Silva Lima, suplente de Rodrigo Rollemberg (PSB-DF), eleito governador do Distrito Federal.



Moneira Maniz/Agência Senado

José Carlos Cosenza disse que, em 38 anos de empresa, nunca soube de funcionários que tivessem recebido propina nem de repasse de dinheiro a partidos políticos

# Diretor da Petrobras nega conhecer esquema de corrupção na estatal

O DIRETOR DE Abastecimento da Petrobras, José Carlos Cosenza, disse ontem à CPI mista da estatal não conhecer o doleiro Alberto Youssef, acusado de ser o operador de um esquema de corrupção na empresa, nem o deputado Luiz Argôlo (SDD-BA), também envolvido nas denúncias. Segundo alguns jornais, a Polícia Federal suspeita que Argôlo tenha agendado um encontro entre Cosenza e Youssef.

Apesar de pressionado por parlamentares da oposição, Cosenza, que admitiu ter recebido treinamento para depor, disse que, em 38 anos de Petrobras, nunca ouviu falar de propina para funcionários. Declarou também não saber que dinheiro de contratos superfaturados tenha sido repassado a partidos.

Cosenza admitiu ter se reunido duas vezes e conversado por telefone em três ocasiões com Paulo Roberto Costa, a quem substituiu na Diretoria de Abastecimento. Costa cumpre prisão domiciliar em processo de delação premiada e confessou participação no esquema. No entanto, segundo Cosenza, nada de ilegal foi tratado nos contatos entre eles.

Apesar de ter substituído Paulo Roberto Costa na Diretoria de Abastecimento,



Cosenza (à mesa, à esq.) contou aos parlamentares que aguarda investigações de duas comissões internas da estatal

Cosenza disse desconhecer o motivo que levou o antecessor a sair do cargo. Também não sabe se Costa foi demitido ou pediu demissão.

— Não estamos diante de um diretor da Petrobras. Parece que não conhece a empresa, a diretoria, seu antecessor. Não sabe de nada — disse o deputado Rubens Bueno (PPS-PR).

Cosenza informou que não houve, por enquanto, punições na Petrobras por conta das denúncias. Contou que há duas comissões internas investigando as operações financeiras da empresa.

— Identificamos vários contratos que estão sob análise das duas comissões. Estamos esperando o resultado das

comissões para tomar as ações necessárias — disse.

O líder do PSDB na Câmara, Antonio Imbassahy (BA), afirmou estar abismado com o fato de, após quase dois anos de denúncias, a Petrobras não ter tomado providências para punir ou afastar funcionários suspeitos de irregularidades.

## Avaliação

O líder do PT no Senado, Humberto Costa (PE), pediu uma avaliação fria do futuro da CPI mista. Para ele, a comissão precisa saber aonde quer chegar e, sem o conteúdo das delações premiadas, as investigações não vão avançar muito.

— O mais importante é que a Câmara e o Senado comecem

a se preparar para tomar as decisões depois do resultado das investigações. Sou favorável que possamos fazer a prorrogação desta CPI, se a prorrogação tiver condição de produzir algum fato novo, e não simplesmente reproduzir um debate político — afirmou.

A CPI mista ainda não teve acesso às informações passadas por Paulo Roberto Costa e Alberto Youssef na delação premiada feita à Polícia Federal e ao Ministério Público. Os dois são acusados de participar de uma série de crimes, entre eles desvio de recursos e lavagem de dinheiro. Ambos foram presos pela PF na Operação Lava-Jato, deflagrada em março deste ano.

## Trabalhos da CPI mista serão intensificados, diz Vital do Rêgo

O presidente da CPI Mista da Petrobras, senador Vital do Rêgo (PMDB-PB), informou que vai acelerar os trabalhos da comissão neste fim de ano. A primeira providência, segundo ele, será prorrogar as atividades do colegiado, de 23 de novembro para 22 de dezembro. A prorrogação depende da concordância de 171 deputados e 27 senadores e, conforme o presidente, os líderes já se comprometeram a recolher as assinaturas.

Segundo Vital, os parlamentares passarão a fazer duas reuniões semanais. Na quarta-feira, o relator, Marco Maia (PT-RS), apresentará um cronograma de trabalho. Nesse dia, também haverá reunião para análise das centenas de requerimentos que aguardam deliberação.

— Todas as quebras de sigilos bancário, fiscal e telefônico serão analisadas previamente pelos líderes para que, na quarta-feira, tenhamos um bloco consensualizado. Aqueles sobre os quais não houver consenso vão a voto — explicou.

O presidente voltou a insistir na importância de receber as informações da delação premiada de Paulo Roberto Costa à Justiça.

## Programa de estímulo à aviação regional será debatido dia 4

A comissão mista criada para analisar a medida provisória que cria o Programa de Desenvolvimento da Aviação Regional (MP 652/2014) definiu ontem o cronograma de trabalho. A MP destina R\$ 1 bilhão do Fundo Nacional da Aviação Civil (Fnac) para esti-

mular operações de empresas aéreas em aeroportos com até 1 milhão de passageiros por ano. A subvenção tem o objetivo de baratear as passagens em voos com origem ou destino em aeroportos regionais, como os localizados na Amazônia, aumentando o acesso da po-

pulação ao transporte aéreo e o número de rotas atendidas.

Segundo o relator, Flexa Ribeiro (PSDB-PA), em virtude do curto prazo para tramitação (a MP perde validade em 24 de novembro), apenas uma audiência pública será realizada, na próxima terça,

dia 4, com representantes da Secretaria de Aviação Civil da Presidência da República, da Agência Nacional de Aviação Civil (Anac), da Infraero, de empresas aéreas e dos aeronautas. Flexa adiantou que pretende apresentar o relatório na quinta, dia 6.

Para o presidente da comissão, deputado Assis Carvalho (PT-PI), a mobilidade nos voos regionais precisa ser intensificada.

— Teremos regiões em que o preço de um voo regional vai ser correspondente ao da passagem de ônibus — disse.

## Humberto presidirá comissão da MP sobre delegados da PF

A comissão mista responsável pela análise da MP 657/2014 será presidida pelo senador Humberto Costa (PT-PE) e terá como relator o deputado João Campos (PSDB-GO). Os nomes foram definidos por acordo de lideranças na sessão de instalação da comissão, ontem. O vice-presidente será o deputado Nelson Pellegrino (PT-BA), e o senador Romero Jucá (PMDB-RR) ficará como relator-revisor.

A MP 657 reestrutura a carreira dos delegados da Polícia Federal, modificando a Lei 9.266/1996. Pela nova norma, os delegados passam a ter exclusividade para assumir cargos de direção e chegar ao

posto de diretor-geral — cargo de indicação do presidente da República.

A função de delegado passa a ser considerada de natureza jurídica, além de policial, e os postulantes ao cargo devem ser bacharéis em direito e comprovar um mínimo de três anos de atividade jurídica ou policial.

A MP chegou ao Congresso em 13 de outubro. Se não for apreciada pelos parlamentares até 28 de novembro, entrará em regime de urgência e passará a trancar as pautas das duas Casas. A medida provisória tem de ser votada até o início de 2015.

O deputado João Campos



O relator, João Campos, informa a Humberto Costa que já tem o relatório pronto

afirmou que já tem um relatório pronto e pretende apresentá-lo na próxima reunião, marcada para hoje.

— Não há nenhuma complexidade. Ela está apenas consolidando na legislação práticas que já existem, como a indicação do chefe da PF pelo

presidente — definiu.

Humberto reconheceu a possibilidade de descontentamento de outras categorias, como agentes e peritos, mas aposta no diálogo.

— Este é apenas um primeiro momento e temos condições de avançar para outras

medidas, como construir uma cota para agentes na disputa pelos cargos de direção — sugeriu o senador.

Segundo ele, a aprovação da MP 650, que reestruturou carreiras na PF, fará com que a tramitação da MP dos Delegados seja mais rápida e tranquila.

— As lideranças estão trabalhando com o entendimento de que já contemplamos os agentes e agora estamos resolvendo a questão dos delegados — assegurou.

Humberto crê que já haverá condições de aprovar o relatório na próxima semana. A MP seguirá, então, para a Câmara e depois para o Senado.

# Foco são prisões e combate à corrupção, diz Janot

Procurador-geral da República prestou contas do primeiro ano no cargo, completado em setembro. Ele defendeu investimentos em presídios de regime semiaberto

AO APRESENTAR O relatório anual de atividades do Ministério Público Federal na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), ontem, o procurador-geral da República, Rodrigo Janot, destacou ações voltadas à solução de problemas do sistema prisional e ao combate à corrupção. Ele completou em setembro um ano no cargo.

Conforme observou o procurador-geral, problemas como descumprimento de direitos humanos nos presídios geram graves consequências dentro e fora do país. Como exemplo, ele citou a recusa do governo italiano a extraditar Henrique Pizzolato, que foi condenado no processo do mensalão e fugiu para a Itália.

— O Judiciário italiano acatou as teses jurídicas apresentadas, mas o fato que foi obstáculo à extradição foi o sistema carcerário, o risco de descumprimento de direitos humanos — disse.

Preocupada com a situação do sistema prisional, em especial no Paraná, estado que contabiliza 22 rebeliões apenas neste ano, Gleisi Hoffmann (PT-PR) questionou Janot quanto a ações imediatas, até que novos presi-



Ao lado de Vital do Rêgo (D), o procurador-geral da República, Rodrigo Janot, fala a senadores

dios sejam construídos. Ele defendeu investimentos em estabelecimentos de regime semiaberto, que hoje não conseguem atender 90 mil presos com direito a essa forma de cumprimento de pena. Eles acabam submetidos ao regime fechado.

— A simples inversão dessa lógica, passando a tratar como prioridade essas 90 mil vagas, aliviaria o sistema carcerário como um todo — disse Janot.

Para fortalecer ações de combate à corrupção, ele destacou a formação de

uma câmara de coordenação dedicada ao tema e a estruturação de núcleos nos 26 estados e no Distrito Federal para investigar crimes como peculato, tráfico de influência, corrupção, uso irregular de verbas públicas e crimes de responsabilidade.

No início da reunião, o presidente da CCJ, Vital do Rêgo (PMDB-PB), elogiou o procurador-geral por prestar contas das atividades do Ministério Público, cumprindo o compromisso assumido quando Rodrigo Janot

foi sabatinado pela comissão.

Randolfe Rodrigues (PSOL-AP) ressaltou que a iniciativa do procurador-geral vai além das obrigações constitucionais do Ministério Público:

— Se isso fizer escola, estamos aperfeiçoando os métodos de controle. O controlador tem que também ser controlado. A prestação de contas à CCJ é uma importante conquista republicana.

Ao concordar com Randolfe, Ricardo Ferraço (PMDB-ES) anunciou que vai propor uma emenda constitucional para tornar obrigatória a apresentação do balanço anual de atividades da PGR ao Senado.

Também José Agripino (DEM-RN), Eduardo Suplicy (PT-SP), Antonio Carlos Valadares (PSB-SE), Humberto Costa (PT-PE), Pedro Taques (PDT-MT) e Gleisi Hoffmann elogiaram a capacidade de diálogo de Rodrigo Janot.

— O ano de 2014 não foi um ano fácil para o país e para a PGR, e aqui quero fazer o registro da sobriedade e do profissionalismo com que a PGR, com o doutor Janot à frente, vem se conduzindo — disse Agripino.

## Portais públicos poderão ficar mais acessíveis a pessoas com deficiência

A Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) aprovou ontem o PLC 106/2012, que assegura acessibilidade aos portais públicos e aos sites de interesse público. A proposta recebeu parecer favorável do relator, Pedro Simon (PMDB-RS), e segue para votação na Comissão de Ciência e Tecnologia (CCT).

Originado de sugestão da Associação Brasileira de Acessibilidade (Abra), o projeto inclui esses meios de comunicação para os quais o poder público se obriga a promover soluções técnicas. O objetivo é torná-los acessíveis a

pessoas com deficiência sensorial e com dificuldade de comunicação.

Simon observou, no parecer, que a proposta não poderia ser mais oportuna, já que o Congresso acaba de aprovar o Marco Civil da Internet. “Logo, o projeto é bem-vindo por universalizar o acesso à rede de computadores”, conclui.

O texto altera a Lei de Acessibilidade (Lei 10.098/2000) e será examinado também pela Comissão de Direitos Humanos (CDH) para, depois, ser encaminhado ao Plenário do Senado.

## Comissão mista que analisa MP das Farmácias define plano de trabalho

A comissão mista da Medida Provisória 653/2014 aprovou o plano de trabalho proposto pelo relator, deputado Manoel Junior (PMDB-PB). O cronograma prevê duas audiências, em 4 e 11 de novembro. A primeira terá a participação da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, do Sindicato do Comércio Varejista de Produtos Farmacêuticos do DF, da Federação Brasileira das Redes Associativistas de Farmácias e da Federação Nacional dos Farmacêuticos. Para a segunda, serão convidados o Conselho Federal

de Farmácia, a Associação Brasileira de Redes de Farmácias e Drogarias, a Secretaria de Micro e Pequena Empresa e a Federação Interestadual dos Farmacêuticos.

A apresentação do relatório ficou definida para 13 de novembro. Depois, a medida será votada na Câmara e no Senado. A MP 653 relaxa a exigência de farmacêutico em farmácias caracterizadas como pequenas ou microempresas. Pela Lei 13.021/2014, a presença é obrigatória nos estabelecimentos. A regra entra em vigor no fim de outubro.

## Davim pede ampla discussão sobre reforma política

Paulo Davim (PV-RN) defendeu ontem, em Plenário, o amplo debate com a sociedade sobre a reforma



política. Para ele, é preciso entender “o recado das urnas” dos mais de 37 milhões de brasileiros que votaram nulo, em branco ou se abstiveram.

O senador afirmou que o financiamento privado de campanhas abre as portas para a corrupção com compromissos espúrios que prejudicam o processo de escolha do eleitor.

— Nem os bons políticos nem os maus políticos chegam aqui com os próprios pés. É a sociedade que os elege. Precisamos dotar a sociedade de instrumentos adequados para que ela faça uma boa escolha.

## Eleição mostrou que é preciso mais diálogo, diz Blairo

Blairo Maggi (PR-MT) afirmou que o país saiu vitorioso das eleições, pois a sociedade reforçou a



ideia de que é preciso haver mais diálogo entre governo e demais forças políticas. Só assim, avaliou, será possível deflagrar reformas importantes, como o fim da reeleição e a redução de órgãos que têm atribuições semelhantes.

— Será preciso reunir amplos esforços para superar a burocracia que se impõe à administração pública para atingir as ambiciosas metas de infraestrutura de que o Brasil tanto precisa — disse o senador.

Ele também parabenizou Pedro Taques (PDT-MT), eleito governador de Mato Grosso.

## Ângela elogia Dilma por apelo à união nacional

Ângela Portela (PT-RR) parabenizou a presidente Dilma Rousseff pela reeleição e por fazer, logo após



a vitória, um chamamento das forças políticas à união e ao diálogo. Na opinião da senadora, Dilma acertou ao anunciar que dará prioridade à reforma política e à consulta popular sobre o assunto.

— Passada a disputa eleitoral, voltamos à vida real. E, como afirmou a presidente, não considero que o Brasil esteja dividido. Penso, ao contrário, que há um sentimento em favor da união e do diálogo entre as forças políticas envolvidas neste processo eleitoral, que foi um dos mais acirrados da história recente do país.

## Mozarildo defende calendário eleitoral único

O senador Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR) defendeu uma reforma política que promova “mudanças de verdade”. A primeira



delas, no entender dele, deve ser a unificação do calendário para as eleições em todos os níveis, de vereador a presidente da República.

Ele acha importante também que se discuta o financiamento das campanhas, definindo-se se será público ou, como é hoje, misto.

Outros pontos que precisam ser questionados, afirmou o senador, são a divulgação de pesquisas — que, na avaliação dele, acabam influenciando o eleitor — e o fim da reeleição.

## Flexa Ribeiro cumprimenta Jatene pela vitória

Flexa Ribeiro (PSDB-PA) cumprimentou o governador Simão Jatene (PSDB) pela reeleição no Pará,



com 52% dos votos válidos. O senador disse esperar que Jatene possa governar para todos os paraenses e continue contemplando todas as regiões com investimentos, melhorando a situação do estado.

Flexa lembrou que Jatene assumiu o governo enfrentando uma situação de desequilíbrio das finanças e tornou o Pará o estado proporcionalmente menos endividado do país.

Ele parabenizou os senadores Aécio Neves (PSDB-MG) e Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP) pela campanha à Presidência da República.

# Comissão aprova regulamentação da criação de empresas juniores

Proposta prevê que empresas formadas por universitários voluntários se organizem como associações civis sem fins lucrativos

A COMISSÃO DE Constituição e Justiça (CCJ) aprovou em decisão terminativa ontem projeto de lei do senador José Agripino (DEM-RN) que disciplina a criação e a organização de empresas juniores, associações formadas por estudantes de graduação e ligadas a instituições de ensino superior (PLS 437/2012). Se não houver recurso para votação pelo Plenário, a proposta segue direto para a Câmara.

De acordo com o projeto, empresas juniores serão organizadas sob a forma de associação civil sem fins lucrativos, integradas por estudantes voluntários para prestar serviços e desenvolver projetos na sociedade. Um dos principais objetivos das empresas é o de oferecer

consultoria a pequenas e microempresas que não têm condições de contratar esses serviços.

Segundo observou o relator, senador Cyro Miranda (PSDB-GO), as empresas juniores promovem a capacitação e o crescimento profissional e pessoal dos alunos participantes. Além disso, conseguem oferecer produtos e serviços de qualidade a custos menores para segmentos empresariais que não podem contratar consultorias já estabelecidas.

O parecer inicial de Cyro foi pela aprovação do PLS 437/2012 com duas emendas de redação acolhidas pela Comissão de Educação (CE). Entretanto, durante a discussão da proposta na CCJ, ele decidiu aproveitar emenda



Agripino defende o projeto dele junto a Petecão (E), Eunício e Douglas Cintra

de Anibal Diniz (PT-AC) eliminando a proibição de empresas juniores captarem recursos financeiros para a instituição de ensino a que estiverem vinculadas.

A iniciativa de Agripino — “uma proposta em benefício

do empreendedorismo” — foi elogiada por Waldemir Moka (PMDB-MS), para quem a construção de uma sociedade socialmente justa e economicamente viável passa pela adoção de incentivos como esse.

## Quartos de domésticos deverão ter condições dignas

Projeto que proíbe a construção de quarto e banheiro muito pequenos e sem ventilação destinados aos trabalhadores domésticos foi aprovado ontem pela Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR).

Segundo o autor da proposta (PLS 212/2008), senador Cristovam Buarque (PDT-DF), o objetivo é assegurar condições dignas de acessibilidade, utilização e conforto nas dependências internas das edificações. Ele diz que a falta de regulamentação sobre o assunto tem levado à redução dos espaços, tornando-os “inóspitos e até ofensivos à



Comissão de Desenvolvimento Regional aprova projeto de Cristovam Buarque

condição humana”, especialmente em relação aos trabalhadores domésticos.

A relatora, senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO), apresentou

emenda ampliando a medida para todos os cômodos da edificação urbana, que devem seguir “requisitos mínimos de dimensionamento, ventilação,

iluminação, ergonomia, privacidade e qualidade dos materiais empregados”. Para ela, muitas habitações populares, construídas por particulares ou pelo poder público, apresentam problemas.

A proposta, que segue à Comissão de Assuntos Sociais (CAS), modifica o Estatuto da Cidade (Lei 10.257/2001) estabelecendo a diretriz dos requisitos mínimos de dimensionamento. O cálculo dos parâmetros será dos municípios.

A CDR aprovou ainda requerimento do senador Douglas Cintra (PTB-PE) para realização de seminário em Caruaru (PE), em 7 de novembro.

## Avança texto que torna obrigatória torneira automática em banheiro

A Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR) aprovou ontem um projeto que torna obrigatória a instalação de torneiras automáticas em banheiros coletivos. O projeto (PLC 51/2014), do deputado Lincoln Portela (PR-MG), agora vai para a Comissão

de Constituição e Justiça (CCJ).

Pela proposta, todos os banheiros de uso coletivo localizados em edifícios públicos comerciais e residenciais construídos a partir da aprovação do projeto deverão ter torneiras com dispositivo de vedação automática de água.

A fiscalização será feita pelos órgãos municipais. Os novos edifícios que não se enquadrarem na regra não receberão o habite-se. O objetivo, segundo o autor, é minimizar o risco de um colapso no abastecimento hídrico.

No relatório, o senador Ro-

drigo Rollemberg (PSB-DF) ressaltou a importância ambiental, econômica e social do tema, mas afirmou ter dúvidas quanto à constitucionalidade. Por tratar de normas de edificação e de critérios de licenciamento, Rollemberg crê que o projeto pode incidir sobre a

## Votação de projeto sobre aeronautas fica para o dia 12

Em busca de consenso para afinar o texto e evitar ao máximo atrasos na tramitação, os senadores da Comissão de Assuntos Sociais (CAS), respaldados pelos representantes dos trabalhadores da aviação, acataram a proposta de Ciro Nogueira (PP-PI) para adiar mais uma vez a votação do substitutivo ao PLS 434/2011, que regulamenta a profissão e define a jornada de trabalho dos aeronautas. A matéria estava na pauta da comissão ontem.

Uma nova tentativa de votação ficou agendada para 12 de novembro, tenham sido feitas modificações ou não, e tanto Ciro quanto os integrantes da comissão se comprometeram a não apresentar recurso para análise em Plenário, o que significa que a proposta deverá seguir para a Câmara depois de aprovada na CAS.

O acordo foi selado entre o presidente da comissão, Waldemir Moka (PMDB-MS), o relator do projeto, Paulo Paim (PT-RS), Ciro Nogueira e representantes da categoria profissional e dos empresários da aviação.

O projeto especifica as atribuições dos profissionais de aviação e estabelece regras para a elaboração das escalas de trabalho. O texto foi aprovado em primeiro turno. Pelo projeto, as folgas mensais sobem para 12, contra os 8 dias de repouso remunerado por mês previstos na lei que regulamenta a profissão. Nos meses de alta temporada, o número de folgas cai para 10, de acordo com o substitutivo.

### MESA DO SENADO FEDERAL

**Presidente:** Renan Calheiros

**Primeiro-vice-presidente:** Jorge Viana

**Segundo-vice-presidente:** Romero Jucá

**Primeiro-secretário:** Flexa Ribeiro

**Segunda-secretária:** Ângela Portela

**Terceiro-secretário:** Ciro Nogueira

**Quarto-secretário:** João Vicente Claudino

**Suplentes de secretário:**

Magno Malta, Jayme Campos, João Durval, Casildo Maldaner

**Diretor-geral e secretário-geral da Mesa:** Luiz Fernando Bandeira

### SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

**Diretor:** Davi Emerich

**Diretor-adjunto:** Flávio de Mattos

**Diretor de Jornalismo:** Eduardo Leão

### SECRETARIA AGÊNCIA E JORNAL DO SENADO

**Diretor:** Marco Antonio Reis

**Diretor-adjunto:** Flávio Faria

**Coordenação de Cobertura:** Nelson Oliveira

**Coordenação de Edição:** Sílvio Burl

**Coordenação de Multimídia:** James Gama

**Site:** www.senado.leg.br/noticias

O noticiário do **Jornal do Senado** é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria de Comunicação Social e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

## JORNAL DO SENADO

**Editor-chefe:** Marcio Maturana

**Edição:** André Falcão, Laércio Franzone, Marina Domingos e Ricardo Westin

**Diagramação:** Beto Alvim, Ronaldo Alves e Wesley Moura

**Revisão:** Fernanda Vidigal, Juliana Rebelo, Pedro Pincer e Tatiana Beltrão

**Tratamento de imagem:** Afonso Celso F. A. Oliveira, Edmilson Figueiredo e Roberto Suguino

**Arte:** Cássio S. Costa, Claudio Portella e Diego Jimenez

**Circulação e atendimento ao leitor:** (61) 3303-3333

Para o presidente do Senado, a Casa vai confirmar decisão da Câmara de derrubar decreto de Dilma que fortalece os conselhos populares. Muitos parlamentares temem que o Legislativo perca atribuições

## Decreto sobre participação popular deve cair, diz Renan

O PRESIDENTE DO Senado, Renan Calheiros, disse ontem que o Senado deve confirmar a decisão da Câmara de derrubar o decreto da presidente Dilma Rousseff que criou a Política Nacional de Participação Social. O Projeto de Decreto Legislativo que susta o decreto (PDC 1.491/2014), do deputado Mendonça Filho (DEM-PE), foi aprovado pela Câmara na terça-feira.

— Já havia um quadro de insatisfação com relação a essa matéria. O decreto ser derrubado na Câmara não surpreendeu, da mesma forma que não surpreenderá se for, e será, derrubado no Senado — afirmou Renan.

O Decreto 8.243/2014, editado pela presidente Dilma no fim de maio, consolida

a participação social como método de governo e fortalece instâncias como os conselhos e as conferências.

Grande parte dos parlamentares, inclusive de partidos da base do governo, entende que a iniciativa usurpa atribuições



Renan lembra que reações ao decreto já estavam postas antes das eleições

do Legislativo. Tanto Renan quanto o presidente da Câmara, Henrique Eduardo Alves, já se posicionaram contra a edição do texto pelo Planalto.

Para Renan, o decreto sempre foi polêmico e a derrubada pela Câmara nada tem a ver com o resultado das eleições.

— Essa dificuldade já estava posta antes das eleições. Apenas se repete. Essa questão da criação de conselhos é conflituosa, não prospera consensualmente no Parlamento e deverá cair.

O presidente do Senado não informou data para a votação da matéria. O líder do PSDB, Aloysio Nunes Ferreira (SP), disse que o pedido de urgência para a tramitação está pronto, esperando a chegada do texto da Câmara.



Para o relator, Anibal Diniz, proposta aumenta a segurança no trânsito

## Autoescolas poderão ser obrigadas a dar aulas práticas nas ruas

A Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) aprovou em decisão terminativa, ontem, projeto de lei de Ana Amélia (PP-RS) que obriga as autoescolas a promoverem aulas práticas nas ruas durante a formação dos motoristas (PLS 454/2012). A proposta recebeu parecer favorável do relator, Anibal Diniz (PT-AC), e seguirá direto para a Câmara dos Deputados se não houver recurso para votação em Plenário.

Para o relator, o texto contribui para qualificar a formação de condutores e elevar os

padrões de segurança no trânsito. Ana Amélia chamou a atenção, na justificativa, para o elevado número de autoescolas que treinam motociclistas somente em circuitos fechados.

A senadora admite que as primeiras aulas sejam em áreas especiais até que os alunos dominem os veículos. Ela não considera razoável, porém, que todo o treinamento ocorra fora de ruas, já que é esse “o ambiente real em que os ex-aprendizes já habilitados conduzirão as motocicletas”.

## Ana Amélia apoia derrubada de medida presidencial

Ana Amélia (PP-RS) parabenizou ontem a Câmara por derrubar o decreto que criou a Política Nacional de Participação Social. Segundo a senadora, ao editar uma medida com esse teor, o governo invade competência do Congresso.

Ela lembrou que funcionam no país 40 conselhos e comissões de políticas públicas com papel consultivo e deliberativo. Essas organizações têm 668 representantes do governo e 818 da sociedade.

A senadora teme que o governo interfira na composição dos conselhos, o que tiraria a legitimidade e a representatividade dessas organizações.

— É, sem dúvida, mais uma tentativa de reduzir a democracia ao gosto e ao prazer de um único partido político. Qualquer ação que desconsidere as funções básicas de cada um dos Poderes e menospreze o papel que tem

este Congresso recém-saído das urnas é uma inaceitável armadilha contra as instituições — disse, em pronunciamento no Plenário.

No discurso, Ana Amélia também parabenizou a colega de partido Suely Campos, de Roraima, por ser a única governadora eleita em 2014.

### Aloysio Nunes

Na terça-feira, a senadora saudou a eleição de José Ivo Sartori (PMDB) como governador do Rio Grande do Sul. Ela também lamentou que a campanha eleitoral no país tenha sido pautada pela difamação de candidatos que concorreram à Presidência da República, como o senador Aécio Neves (PSDB-MG), Marina Silva (PSB) e Eduardo Campos (PSB) — morto em agosto.

Ana Amélia se solidarizou com Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP), que foi candidato



Senadora teme que governo interfira na composição de conselhos populares

a vice-presidente na chapa de Aécio. O parlamentar criticou as acusações sofridas nas redes sociais, que ele atribuiu ao PT. Para Ana Amélia, é preciso pôr uma trava nessa “forma criminosa de tratar os adversários”. Segundo ela, muitas pessoas tomaram devido à campanha suja e inadequada.

A senadora defendeu o fim da reeleição, pela possibilidade de uso da máquina pública.

## Texto permite que recursos para lixões custeiem campanha educativa

A Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) aprovou ontem projeto que inclui as campanhas educativas como parte das medidas passíveis da destinação de recursos da União a estados e municípios que elaborarem planos de gestão de resíduos sólidos.

A elaboração dos planos é prevista na lei que instituiu a Política Nacional de Resíduos Sólidos (Lei 12.305/2010), a qual determina, entre outras medidas, o fim dos lixões. O projeto (PLC 114/2013) modifica essa lei para fortalecer ações de esclarecimento à população sobre a gestão do lixo.

Na justificativa, o autor, deputado Onofre Santo Agostini (PSD-SC), avalia que muitas

peças desconhecem o adequado manejo a ser dado ao lixo, daí a importância das campanhas.

O projeto promove a incorporação — nos planos estaduais e municipais de resíduos sólidos — de campanhas educativas para conscientizar a sociedade acerca da importância da gestão do lixo. A proposta recebeu voto favorável do relator, Luiz Henrique (PMDB-SC), com duas emendas. A primeira explicita que as campanhas devem ser associadas à gestão do lixo e a segunda prioriza campanhas em municípios.

A matéria segue para exame da Comissão de Meio Ambiente (CMA).

## Eleições reforçaram democracia, na opinião de Acir Gurgacz

Acir Gurgacz (PDT-RO) avaliou que as eleições deste ano contribuíram para o aprimoramento da democracia no país. Ele cumprimentou o governador de Rondônia, Confúcio Moura, que foi reeleito, e declarou esperar que ele mantenha a parceria com o governo federal.

O senador rejeitou o conceito de que a eleição presidencial rachou o país.

— Os votos vieram de uma totalidade que representa um só Brasil, integrado pelas políticas públicas inclusivas do governo federal. Não é o momento de ampliar as diferenças regionais — argumentou.



Jefferson Rudy/Agência Senado

## Consulta a conselho popular não ignora o Congresso, diz Humberto

Humberto Costa (PT-PE) disse esperar que o Senado reveja a decisão da Câmara que rejeitou o decreto presidencial que prevê consultas a conselhos populares pelo governo sobre políticas públicas.

Ele enfatizou que o decreto não ignora o Congresso e sistematiza um modelo de participação que já existe, como os Conselhos Nacionais de Saúde e Educação.

— Barrar esse mecanismo por decreto legislativo me parece um enorme equívoco. Em nada interfere na vida do Congresso. O povo não quer mais ser caudatário das decisões do Congresso ou do governo federal.

O senador disse ainda que o sistema representativo brasileiro está exaurido e precisa da reforma política. Ele considera essencial que a sociedade tenha maior participação nas decisões sobre os destinos do país.

## Para Luiz Henrique, vitória política em SC se deve à descentralização

Luiz Henrique (PMDB-SC) atribuiu a vitória da coligação dele em Santa Catarina à descentralização na forma de governar. Além da reeleição do governador Raimundo Colombo (PSD), foram eleitos 40 deputados estaduais, 16 deputados federais e 1 senador, Dário Berger (PMDB). Segundo Luiz Henrique, Santa Catarina está dividida em 36 microrregiões.

— Governo descentralizado é um governo realizador, que erra menos. Em vez de ser o governo que está na capital a decidir que seja feita uma ponte, quem decide é o conselho de desenvolvimento regional.



Gerardo Magela/Agência Senado

## Casildo: eleição entrou para a história por ter mobilizado o país

Casildo Maldaner (PMDB-SC) disse que a eleição presidencial entrou para a história por ter promovido um debate que mobilizou o Brasil. Para ele, a divisão dos eleitores aumenta a responsabilidade da presidente Dilma Rousseff em apresentar propostas que conduzam à união nacional.



Jefferson Rudy/Agência Senado

O senador destacou o papel das redes sociais na campanha por permitirem o debate de assuntos restritos.

— Foram colocados em oposição ricos e pobres, letrados e iletrados, Sul e Norte. Ouvimos uma quantidade preocupante de manifestações de preconceito, de xenofobia, que em nada lembram a alma brasileira, que é múltipla, miscigenada e, por isso mesmo, única — afirmou.

## Cyro Miranda parabeniza Dilma e afirma que PSDB sai fortalecido das eleições

Cyro Miranda (PSDB-GO) desejou sorte e êxito à presidente Dilma no próximo mandato. Afirmou ainda que o PSDB sai fortalecido das eleições, devido ao grande número de votos dados a Aécio Neves e à conquista de governos de estados importantes, como São Paulo.



Jefferson Rudy/Agência Senado

O senador disse que as urnas credenciam o PSDB a se manter na oposição e garantiu que o partido adotará postura responsável e crítica na condução do país.

Ele afirmou esperar que Dilma tenha uma leitura realista das urnas. Advertiu que os votos da oposição, os nulos e os em branco não devem ser ignorados, já que houve 30 milhões de abstenções e mais de 7 milhões de nulos ou em branco.

## Aloysio critica presidente por comentários sobre crise de água em São Paulo

Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP) criticou a presidente Dilma por comentários sobre a crise hídrica no estado de São Paulo, que sofre a maior seca em 80 anos.



Mareno Manz/Agência Senado

Segundo ele, não é verdadeira a afirmação de que o governo paulista recusou parceria oferecida por ela. A prova, ressaltou, é a criação de um grupo técnico de assessoramento da gestão do sistema Cantareira, com presença de representante da Agência Nacional de Águas. Ele teria se retirado do grupo dias antes das eleições. Aloysio disse que, no meio da crise, o Operador Nacional do Sistema Elétrico autorizou o aumento da liberação de águas de dois reservatórios de São Paulo para o Rio Paraíba do Sul, a fim de evitar o racionamento de energia no Rio de Janeiro.

Segundo projeto acatado na CCJ, importação de remédios canabinoides será liberada. Para diferenciar uso e tráfico, texto prevê quantidade suficiente para 5 dias de uso

# Comissão aprova uso medicinal de maconha e redefinição de tráfico

DUAS INOVAÇÕES À Lei de Drogas foram aprovadas ontem pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ). A norma poderá passar a indicar um parâmetro mínimo de porte de droga para diferenciar usuário e traficante e poderá permitir a importação de medicamentos à base de canabinoides (princípio ativo da maconha). As mudanças ainda passarão por quatro comissões.

As novidades constam do substitutivo de Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) ao PLC 37/2013, que promove ampla reformulação na Lei 11.343/2006. A primeira se inspirou em uma recomendação do ex-presidente Fernando Henrique Cardoso, integrante da Comissão Global de Política sobre Drogas, que pediu a Valadares para levar em conta avanços

no debate sobre a descriminalização do uso de drogas.

Uma das sugestões do ex-presidente foi a definição de um patamar mínimo de porte de droga para caracterizar quem é usuário e quem é traficante. Fernando Henrique propôs o mesmo cálculo previsto na legislação de Portugal — o equivalente a 10 dias de consumo individual. Valadares optou por cinco dias. A quantidade será calculada pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa).

O senador também inova ao permitir a importação de produtos à base de canabinoides para fins medicinais. Pelo texto aprovado, a aquisição deve fazer parte do tratamento de uma doença grave. A liberação dependerá da apresentação de receita médica e do aval de órgão federal de saúde.



Ao lado de Inácio Arruda, Antonio Carlos Valadares fala sobre substitutivo dele ao projeto

## Para Suplicy, Lídice e Ana Rita, mudanças criam alternativa a “viés repressor e criminalizante”

Eduardo Suplicy (PT-SP), Lídice da Mata (PSB-BA) e Ana Rita (PT-ES) reconheceram que as mudanças defendidas por Antonio Carlos Valadares abrem uma perspectiva alternativa ao “viés repressor e criminalizante” adotado atualmente no país.

Valadares aproveitou no substitutivo ao PLC 37/2013 cinco de nove emendas elaboradas por Romero Jucá (PMDB-RR). Uma das sugestões aceitas eliminou a seção “Da Prevenção aos Riscos do Consumo

de Bebidas Alcoólicas”, que seria acrescentada à Lei 11.343/2006 pelo parecer preliminar do relator.

“Já existe legislação específica, em vigor, para disciplinar as ações dos poderes públicos na prevenção e repressão ao consumo abusivo ou prejudicial de bebidas alcoólicas, incluindo os limites e as condições para a divulgação comercial dos produtos”, relatou Valadares no novo substitutivo.

A proposta vai agora para a Comissão de Educação (CE).

## Vanessa lamenta condenação de Protógenes pelo STF

Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) disse ontem ser contrária à decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) que condenou o deputado federal Protógenes Queiroz (PCdoB-SP) pelo crime de violação de sigilo funcional. Ele teria vazado dados da Operação Satiagraha para a imprensa, em 2008, quando era delegado da Polícia Federal (PF).



Jefferson Rudy/Agência Senado

A senadora participou de reunião com o presidente do STF, Ricardo Lewandowski, sobre a sentença. Protógenes foi condenado a dois anos e meio de prisão, convertidos em serviços, pagará multa, perderá o cargo na PF e pode ficar sem o mandato. Para a senadora, é inaceitável que essa decisão seja da 2ª Turma do STF, e não do Pleno do Tribunal.

## Paim: Congresso terá seis meses para regulamentar desapontadoria

Paulo Paim (PT-RS) lembrou, em Plenário, que o Supremo Tribunal Federal (STF) pode concluir esta semana o julgamento sobre a desapontadoria



Gerardo Magela/Agência Senado

— possibilidade de uma pessoa “renunciar” à aposentadoria para obter o recálculo do benefício com base em novas contribuições.

O senador contou ter recebido a informação de que o STF dará ao Congresso prazo de seis meses para votar projeto regulamentando o tema.

— Meu projeto [PLS 91/2010] está aqui há mais de três anos, engavetado — disse.

Ao saudar o Dia do Livro, comemorado ontem, Paim registrou a realização da 60ª Feira do Livro de Porto Alegre, a partir de amanhã.

## Para Pinheiro, indexador da dívida dos estados deve ser aprovado neste ano

Walter Pinheiro (PT-BA) propõe que o Senado vote neste ano o projeto que trata da mudança do indexador das dívidas dos estados com a União, que pagam “taxas escorchantes de juros”.



Jefferson Rudy/Agência Senado

Isso faz com que o grau de endividamento dos estados seja um problema sério, comprometendo a capacidade de investimento, afirmou o senador.

— Os governadores vão tomando posse em 1º de janeiro e, ao mesmo tempo, tendo que resolver o problema de sua tosse. Vão atrás de um xarope porque as contas vão estar todas comprometidas.

Para Pinheiro, a dívida dos estados é um problema mais imediato do que a reforma política, que, na avaliação do senador, pode ficar para o ano que vem.

## Jayme Campos defende coleta de digitais em casos de morte violenta

Jayme Campos (DEM-MT) defendeu projeto de autoria dele (PLS 302/2014) que obriga a identificação de cadáveres de pessoas que tiveram morte violenta, suspeita ou acidental por meio da coleta de impressões digitais.



Jefferson Rudy/Agência Senado

O senador disse que a medida poderia evitar, por exemplo, o gasto que o estado de São Paulo vai ter com exumação de corpos de 3 mil pessoas enterradas indevidamente como indigentes nos últimos 15 anos em valas públicas, exames de DNA para a identificação dos familiares dos mortos, enterro e indenização pelo fato de, nos registros, constar que eram indigentes.

Jayme acrescentou que todo esse processo também provoca desgaste emocional nos familiares dos mortos.